



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 56

QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 52ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

Da Liderança do PSDB, referente à indicação da Senadora Eva Blay, como membro titular da Comissão Especial Mista destinada a acompanhar os preparativos e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, em substituição ao Senador Fernando Henrique Cardoso.

1.2.2 — Ofícios

— Nº 1.487/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Elísio Curvo, como titular, em substituição ao Deputado Pedro Irujo, que passa a integrar, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

— Nº 1.483/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Eraldo Tinoco para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Público e Fiscalização, em substituição ao Deputado Manoel Castro.

— Nº 1.486/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Victor Facioni, como titular, na vaga do Deputado Cunha Bueno, passando este a substituir o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, na Comissão Especial Mista destinada a

elaborar modelos de forma e sistema de governo a serem utilizados no plebiscito previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— Nº 548/92, da Liderança do PMDB, referente à indicação do Deputado Pinheiro Landim para integrar, na qualidade de suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 310/92, que autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYBRÁS.

1.2.4 — Designação da Comissão Mista e fixação do calendário para a tramitação da matéria

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 309/92, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão, após usar da palavra o Sr. Fetter Júnior.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÃO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 52ª Sessão Conjunta, em 17 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Almir Gabriel –
Álvaro Pacheco – Antônio Mariz – Aureo Mello – Bello Par-
ga – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues –
Cid Sabóia de Carvalho – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy
– Elcio Álvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin –
Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves –
Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida
– Hydekél Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior –
Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Ro-
cha – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol –
José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise –
Jutahy Magalhães – Juvêncio Dias – Lavoisier Maia – Levy
Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucí-
dio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio
Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Mauro Benevides
– Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Car-
neiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Pedro Simon –
Pedro Teixeira – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan
Tito – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO

PTB
PDC
PMDB
PTR
PTR
BLOCO

AMAPA

AROLD GOES
FATIMA PELAES

PDT
BLOCO

LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PARA'

ALACID NUNES
CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMERA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA

PT
BLOCO
BLOCO
PTR

BLOCO
PTB
PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
PTB
PDS
PTR
PMDB
PMDB
PDS
PT

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO

BLOCO
PDT
PMDB
BLOCO
PMDB
PDC

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO

PTB

NOBEL MOURA
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL

PTR
PTB
PTR

MAURO SAMPAIO
MORONI TORGAN
ORLANDO BEZERRA
PINHEIRO LANDIM
SERGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR
VICENTE FIALHO

PSDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
FRANCISCO DIOGENES
JOAO MAIA
ZILA BEZERRA

PMDB
PDS
PDS
PTR
PMDB

PIAUI

B. SA
CIRO NOGUEIRA
FELIPE MENDES
JOAO HENRIQUE
JOSE LUIZ MAIA
MURILLO REZENDE
MUSSA DEMES
PAES LANDIM
PAULO SILVA

PTR
BLOCO
PDS
PMDB
PDS
PMDB
BLOCO
BLOCO
PSDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO
OSVALDO REIS

PMDB
PDC
BLOCO
PMDB
PTR

RIO GRANDE DO NORTE

CESAR BANDEIRA
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
EDUARDO MATIAS
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA
JAYME SANTANA
JOAO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE REINALDO
PAULO MARINHO
PEDRO NOVAIS
RICARDO MURAD
ROSEANA SARNEY

BLOCO
PTR
PDS
PDC
PDC
PT
PSDB
PDS
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDC
BLOCO
BLOCO

FERNANDO FREIRE
FLAVIO ROCHA
IBERE FERREIRA
JOAO FAUSTINO
LAIRE ROSADO
NEY LOPES

PDS
PL
BLOCO
PSDB
PMDB
BLOCO

PARAIBA

EFRAIM MORAIS
FRANCISCO EVANGELISTA
IVAN BURITY
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT
ZUCA MOREIRA

BLOCO
S/P
BLOCO
PMDB
PMDB
PMDB

CEARA

ARIOSTO HOLANDA
CARLOS BENEVIDES
CARLOS VIRGILIO
EDSON SILVA
ERNANI VIANA
EIEVALDO NOGUEIRA
GONZAGA MOTA
JACKSON PEREIRA
JOSE LINHARES
LUIZ PONTES
MARCO PENAFORTE
MARIA LUIZA FONTENELE

PSB
PMDB
PDS
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PSDB
PSDB
PSDB
PSB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE MENDONCA BEZERRA
JOSE MOURA
JOSE MUCIO MONTEIRO
LUIZ PIAUHYLINO
MAVIAEL CAVALCANTI
MIGUEL ARRAES
NILSON GIBSON
PEDRO CORREA
RENILDO CALHEIROS

PSB
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSB
BLOCO
PSB
PMDB
BLOCO
PCdoB

ROBERTO FRANCA
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
TONY GEL
WILSON CAMPOS

PSB
BLOCO
PTR
BLOCO
PMDB

MANOEL CASTRO
MARCOS MEDRADO
NESTOR DUARTE
PEDRO IRIJO
PRISCO VIANA
SERGIO BRITO
SERGIO GAUDENZI
TOURINEO DANTAS
UBALDO DANTAS
ULDURICO PINTO
WALDIR PIRES

BLOCO
 PDC
 PMDB
 BLOCO
 PDS
 PDC
 PDT
 BLOCO
 PSDB
 PSB
 PDT

ALAGOAS

ANTONIO HOLANDA
AUGUSTO FARIAS
CLETO FALCAO
JOSE THOMAZ NONO
LUIZ DANTAS
MENDONCA NETO
ROBERTO TORRES
VITORIO MALTA

BLOCO
BLOCO
S/P
PMDB
BLOCO
PDT
PTB
PDS

MINAS GERAIS

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DUEVAL GONCALVES
JERONIMO REIS
JOSE TELES
MESSIAS GOIS
PEDRO VALADARES

S/P
BILOCO
PDS
BILOCO
PDS
BILOCO
PST

AECIO NEVES
 AGOSTINHO VALENTE
 ALOISIO VASCONCELOS
 ALVARO PEREIRA
 ANNIBAL TEIXEIRA
 ARACELY DE PAULA
 AVELINO COSTA
 CAMILO MACHADO
 CELIO DE CASTRO
 ELIAS MURAD
 FELIPE NERI
 FERNANDO DINIZ
 GENESIO BERNARDINO
 GETULIO NETIVA
 HUMBERTO SOUTO
 IBRAHIM ABI-ACKEL
 ISRAEL PINHEIRO
 JOAO PAULO
 JOAO ROSA
 JOSE BELATO
 JOSE GERALDO
 JOSE SANTANA DE VASCO
 JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
 LAEL VARELLA
 LEOPOLDO BESSONE
 MARCOS LIMA
 MARIO DE OLIVEIRA
 NILMARIO MIRANDA
 ODELMO LEAO
 OSMANIO PEREIRA
 PAULO DELGADO
 PAULO HESLANDER
 PEDRO TASSIS
 ROMEL ANISTIO
 SAMIR TANNUS
 SANDRA SEARLING
 SAULO COELHO

PSDB
PT
PMDB
PSDB
PTB
BLOCO
PL
BLOCO
PSB

PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PL
BLOCO
PDS
PRS
PT
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
PRS
BLOCO
PST
PMDB
PTR
PT
BLOCO
PSDB
PT
PTB
PMDB
BLOCO
PDC
PT
PSDB

RAHIA

ANGELO MAGALHAES
AROLD CEDRAZ
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
HAROLDO LIMA
JABES RIBEIRO
JAIR AZI
JAIR CARNETRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JOAO CARLOS BACELAR
JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUTA
JOSE FALCAO
JOSE LOURENCO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA

BLOCO
 BLOCO
 BLOCO
 PDT
 PDT
 BLOCO
 PTB
 PCdoB
 PSDB
 PDC
 BLOCO
 PT
 PMDB
 PDS
 S/P
 PDC
 BLOCO
 BLOCO
 BLOCO
 PDS
 BLOCO
 PTB

SAULO COELHO

SERGIO NAYA	PMDB	SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
TILDEN SANTIAGO	PT	SERGIO AROUCA	PCB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	SERGIO CURY	PDT
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SIDNEY DE MIGUEL	PV
WILSON CUNHA	PTB	SIMAO SESSIM	BLOCO
ZAIRE REZENDE	PMDB	VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS	PDT
EDEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB
JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB
JORIO DE BARROS	PMDB
NILTON BAIANO	PMDB
PAULO HARTUNG	PSDB
RITA CAMATA	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	PTB
ALVARO VALLE	PL
AMARAL NETTO	PDS
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
ARTUR DA TAVOLA	PSDB
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
CARLOS LUPI	PDT
CARLOS SANTANA	PT
CIDINHA CAMPOS	PDT
EDUARDO MASCARENHAS	PDT
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO
FRANCISCO SILVA	PST
JAIR BOLSONARO	PDC
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JOSE EGYDIO	BLOCO
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
JUNOT ABI-RAMIA	PDT
LAERTE BASTOS	PDT
LAPROVITA VIEIRA	PMDB
LUIZ SALOMAO	PDT
MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
MARINO CLINGER	PDT
MIRO TEIXEIRA	PDT
NELSON BORNIER	PL
PAULO DE ALMEIDA	PTB
PAULO PORTUGAL	PDT
PAULO RAMOS	PDT
ROBERTO CAMPOS	PDS
ROBERTO JEFFERSON	PTB
RUBEM MEDINA	BLOCO

SAO PAULO

ALBERTO HADDAD	PTB
ALDO REBELO	PCdoB
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ANDRE BENASSI	PSDB
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
BETO MANSUR	PDT
CARDOSO ALVES	PTB
CARLOS NELSON	PMDB
CUNHA BUENO	PDS
EDEVALDO ALVES DA SILVA	PDS
EDUARDO JORGE	PT
ERNESTO GRADELLA	S/P
EUCLYDES MELLO	BLOCO
FABIO FELDMANN	PSDB
FABIO MEIRELLES	PDS
FAUSTO ROCHA	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
HELIO ROSAS	PMDB
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE DIRCEU	PT
JOSE GENOINO	PT
JOSE MARIA EYMAEL	PDC
JOSE SERRA	PSDB
KOYU IHA	PSDB
LIBERATO CABOCLO	PDT
LUIZ GUSHIKEN	PT
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB
MALULY NETTO	BLOCO
MANOEL MOREIRA	PMDB
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS
MARCELO BARBIERI	PMDB
MAURICI MARIANO	PMDB
NELSON MARQUEZELLI	PTB
OSWALDO STECCA	PMDB
PAULO NOVAES	PMDB
PEDRO PAVAO	PDS
RICARDO IZAR	PL

ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	PARANA	
ROBSON TUMA	PL		
SOILON BORGES DOS REIS	PTB	ANTONIO BARBARA	BLOCO
TADASHI KURIKI	BLOCO	ANTONIO UENO	BLOCO
TUGA ANGERAMI	PSDB	BASILIO VILLANI	PDS
VALDEMAR COSTA	PL	CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO
WALTER NORY	PMDB	CARLOS SCARPELINI	PST
		DELICINO TAVARES	PST
		EDESIO PASSOS	PT
MATO GROSSO		EDI SILIPRANDI	PDT
JOAQUIM SUCENA	PTB	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
JONAS PINHEIRO	BLOCO	FLAVIO ARNS	PSDB
JOSE AUGUSTO CURVO	PL	IVANIO GUERRA	BLOCO
RODRIGUES PALMA	PTB	JONI VARISCO	PMDB
WILMAR PERES	PL	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
		LUIZ CARLOS HAULY	PST
		MATHEUS IENSEN	PTB
DISTRITO FEDERAL		MAX ROSENEMANN	BLOCO
AUGUSTO CARVALHO	PCB	MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
BENEDITO DOMINGOS	PTB	ONALREYES MOURA	PTB
CHICO VIGILANTE	PT	OTTO CUNHA	BLOCO
EURIDES BRITO	PTB	PAULO BERNARDO	PT
MARIA LAURA	PT	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
OSORIO ADRIANO	BLOCO	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
PAULO OCTAVIO	BLOCO	RENATO JOHNSON	S/P
		ROMERO FILHO	PST
		RUBENS BUENO	PSDB
GOIAS		SAID FERREIRA	PMDB
ALANO DE FREITAS	PMDB	WERNER WANDERER	BLOCO
ANTONIO DE JESUS	PMDB	WILSON MOREIRA	PSDB
ANTONIO FALEIROS	PSDB		
DELIO BRAZ	BLOCO	SANTA CATARINA	
JOAO NATAL	PMDB	ANGELA AMIN	PDS
LUCIA VANIA	PMDB	CESAR SOUZA	BLOCO
LUIZ SOYER	PMDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
MAURO MIRANDA	PMDB	DERCIO KNOP	PDT
OSORIO SANTA CRUZ	PDC	EDUARDO MOREIRA	PMDB
PAULO MANDARINO	PDC	HUGO BIEHL	PDS
ROBERTO BALESTRA	PDC	JARVIS GAIDZINSKI	PL
RONALDO CALADO	BLOCO		
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB	LUCI CHOINACKI	PT
ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO	NELSON MORRO	BLOCO
		NEUTO DE CONTO	PMDB
MATO GROSSO DO SUL		ORLANDO PACHECO	BLOCO
ELISIO CURVO	BLOCO	PAULO DUARTE	BLOCO
GEORGE TAKIMOTO	BLOCO	RENATO VIANNA	PMDB
JOSE ELIAS	PTB	RUBERVAL PILOTTO	PDS
		VASCO FURLAN	PDS
NELSON TRAD	PTB	RIO GRANDE DO SUL	
VALTER PEREIRA	PMDB		
WALDIR GUERRA	BLOCO	ADROALDO STRECK	PSDB

ADYLSO MOTTA
ALDO PINTO
AMAURY MULLER
ARNO MAGARINOS
CARRION JUNIOR
CELSO BERNARDI
FERNANDO CARRION
FETTER JUNIOR
GERMANO RIGOTTO
HILARIO BRAUN
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
RAUL PONT
TELMO KIRST
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WILSON MULLER

PDS
PDT
PDT
BLOCO
PDT
PDS
PDS
PDS
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PT
PDS
PDT
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As lista de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 403 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Brasília, 17 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no Regimento Interno desta Casa, venho indicar como membro titular da Comissão Especial Mista destinada a acompanhar os preparativos e a realização da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, em substituição ao Senador Fernando Henrique Cardoso, a Senadora Eva Blay.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protestos de consideração e apreço. — Senador **Chagas Rodrigues**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Proceda-se à substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.487

Brasília, 11 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 259-L-BL. PARL/92, da Liderança do Bloco Parlamentar, a indicação do Sr. Deputado Elísio Curvo,

como titular, em substituição ao Sr. Deputado Pedro Irujo, que passa a integrar, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Colho o ensejo para renovar a vossa Excelência protestos de apreço. — Deputado **Genésio Bernardino**, Presidente em exercício.

OFÍCIO Nº 259-L-BL-PARL./92

Brasília, 11 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª, que o Deputado Pedro Irujo — PRN/BA, deixa de fazer parte, como membro efetivo, da Comissão Mista de Orçamento, assumindo em seu lugar o Deputado Elísio Curvo, PRN/MS.

Informo, ainda, que o Deputado Elísio Curvo — PRN/MS, deixa a vaga de Membro Suplente da referida Comissão, sendo substituído pelo Deputado Pedro Irujo, PRN/BA.

Nesta oportunidade, apresento a V. Exª protestos de estima e consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

SGM/P nº 1.483

Brasília, 11 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 251/92, da Liderança do Bloco Parlamentar, a indicação do Deputado Eraldo Tinoco para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Manoel Castro.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

OFÍCIO Nº 251-L-BL. PARL./92

Brasília, 10 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado Manoel Castro — PFL/BA, deixa de fazer parte, como membro efetivo, da Comissão Mista de Orçamento.

Indico para substituí-lo o Deputado Eraldo Tinoco — PFL/BA.

Nesta oportunidade, apresento a V. Exª protestos de estima e apreço. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

SGM/P nº 1.486

Brasília, 11 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 364/92, da Liderança do PDS, a indicação do Sr. Deputado Victor Faccioni, como titular, na vaga do Sr. Deputado Cunha Bueno, passando este a substituir o Sr. Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, na Comissão Especial Mista destinada a “elaborar modelos de forma e sistema de governo a serem utilizados no plebiscito previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Deputado **Genésio Bernardino**, Presidente em exercício.

OFÍCIO Nº 364/92

Brasília, 6 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Victor Faccioni na vaga de titular em substituição ao Deputado Cunha Bueno, que substituirá o Deputado Ibrahim Abi-Ackel como suplente, na Comissão Especial Mista destinada a “ela-

borar os modelos de forma e sistema de governo a serem utilizados no plebiscito previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Atenciosamente, Deputado **José Luiz Maia**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Serão procedidas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 548

Brasília, 12 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Pinheiro Landim passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Deputado **Genebaldo Correia**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — De acordo com a indicação do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, a presidência designa o nobre Deputado Pinheiro Landim para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na qualidade de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Senhor Presidente da República editou a medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que “autoriza a utilização de recursos do fundo de marinha mercante em favor da companhia Lloyd Brasileira — LLOYDBRÁS”.

De acordo com as indicações das lideranças, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Humberto Lucena (PMDB)
Pedro Simonh (PMDB)
Hydekél Freitas (PFL)
Álvaro Pacheco (PFL)
Beni Veras (PSDB)
Luiz Alberto (PTB)
Amazonino Mendes (PDC)

Suplente

José Fogaça
Alfredo Campos
Meira Filho
Bello Parga
Eva Blay
Affonso Camargo
Gerson Camata

DEPUTADOS

José Reinaldo (Bloco)
Flávio Palmier da Veiga (Bloco)
Murilo Rezende (PMDB)
Carrion Junior (PDT)
Fernando Carrion (PDS)
Koyu Iha (PSDB)
Augusto Carvalho (PDS)

Simão Sessim
Carlos Roberto Massa
Mário Martins
Sérgio Galdenzi
Basílio Villani
Paulo Hartung
Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 17/11 — Designação da Comissão Mista;

Dia 18/11 — Instalação da Comissão Mista;

Até 23/11 — Prazo para recebimento de emendas, prazo

para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 1º/12 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 16/12 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

À medida foram apresentadas 220 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 60, de 1992-CN, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1992-CN.

Em discussão a medida, o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Gaudenzi.

O SR. SÉRGIO GAUDENZI (PDT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há algum acordo de Liderança em relação a essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, tendo em vista a proximidade do termo de prazo de vigência da Medida Provisória nº 309, sente-se compelida, como já ocorreu a partir da última quinta-feira, a colocar a matéria na Ordem do Dia. Há norma regimental explícita que diz que, cinco dias antes do término de vigência, a Presidência é obrigada a incluir a matéria na Ordem do Dia.

Em razão disso, desde a última quinta-feira, a Medida Provisória nº 309 foi incluída na Ordem do Dia para que possa ser discutida pelos Srs. Congressistas.

Portanto, a Mesa inicia a discussão, concedendo a palavra ao nobre Deputado Fetter Júnior.

O SR. FETTER JÚNIOR (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, deixo registrada nesta Casa a minha desconformidade com o que se veio a chamar de reforma administrativa do Governo Federal.

Não podemos aceitar que, ao mesmo tempo em que diz ser necessário diminuir as despesas e buscar mais recursos no bolso do contribuinte, o Governo Federal elabore uma reforma fiscal que vise aumentar o número de Ministérios e de Ministros. É uma contradição terrível a adoção dessa medida por parte do Governo Itamar Franco, o que diminui o crédito de confiança demonstrado por quase 90% da população no início do Governo.

Isso não é uma reforma administrativa, mas, sim, o arremedo de um acerto político para criar cargos e beneficiar partidos.

Entendemos que um trabalho sério de reorganização da estrutura administrativa do Governo Federal jamais poderia ser conduzido em suas semanas, dando aos Srs. Parlamentares um prazo de apenas 5 dias para proporem emendas e analisarem em profundidade essa questão.

Passei um fim de semana inteiro estudando a matéria e apresentei 40 emendas ao projeto. Estudei-o a fundo e vejo nele incorreções e absurdos da mais alta gravidade. Veja,

Sr. Presidente desta Casa, que o Ministério de Integração Regional, criado agora, corresponde à antiga Secretaria do Desenvolvimento Regional e passa a ter 6 Secretarias nacionais; o Ministério da Cultura tem 4 Secretarias nacionais; o Ministério do Meio Ambiente, 4 ou 5; o Ministério da Agricultura, que existe há mais de 100 anos e cuida de toda a produção primária do Brasil, tem 2 Secretarias nacionais.

Para produzir todo o alimento de que o País precisa o Ministério da Agricultura tem apenas 2 Secretarias, nenhuma voltada para a produção, enquanto Ministérios — que não deveriam nem ser Ministérios, mas sim órgãos de assessoramento, como é o caso do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Cultura — têm 4, 5 ou 6 Secretarias nacionais.

Esse também é o caso do Ministério da Integração Regional, criado agora com atribuições extremamente confusas. Dispõe de 6 Secretarias nacionais, sendo que uma delas se refere ao desenvolvimento urbano e outra à articulação com Municípios. Nunca constatei desenvolvimento urbano que não seja no Município! No entanto, o Governo julga serem necessárias 2 Secretarias nacionais, com estrutura completa: uma para cuidar do desenvolvimento urbano; outra para cuidar de Municípios. Deve haver alguma diferença semântica que ainda não se conseguiu entender.

Na verdade, Sr. Presidente, está-se cometendo um erro histórico. Um governo que iniciou sua gestão com credibilidade e não precisou fazer promessas para governar comete o absurdo de criar 6 Ministérios e 11 cargos de Ministro. Segundos cálculos nossos e da assessoria do PDS, esses novos cargos envolverão, numa estimativa preliminar, um gasto de cerca de 250 bilhões de cruzeiros a mais por ano na despesa do País, a preços de hoje. Portanto, não é verdade que não haverá gastos. Haverá, sim, gastos adicionais expressivos, e esses recursos poderiam ser usados para outras finalidades relevantes neste País. No entanto, para criar cargos e possibilitar a acomodação política, faz-se uma reforma sob o pretenso objetivo de agilizar a administração pública.

Isto é uma mentira. Ao se mudar a estrutura pública neste País, criando esse absurdo de Ministérios, está-se paralisando, no mínimo por seis meses, a administração pública; até que o Governo se reorganize, redistribuindo órgãos, empresas, instituições e fundações e renomeando pessoas, a Nação permanece parada por seis meses. Não entendo como um País como o nosso, que enfrenta a recessão e a crise, possa se dar o luxo de parar por seis meses a administração pública, para discutir meios e não fins e objetivos específicos. Essa reforma administrativa é, na verdade, uma mistificação, uma mentira, um engodo.

Por isso, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de dizer da nossa desconformidade, da nossa insatisfação, da nossa descrença com a forma como se está conduzindo a reestruturação da administração pública brasileira e registamos o nosso protesto. Se Deus quiser, esta será a posição do nosso partido: não aceitaremos todas essas alterações sem que a população brasileira seja esclarecida sobre o fato de que não se está pretendendo nem modernizar, nem melhorar, nem aprimorar a máquina pública; ao contrário, está-se criando cargos para acordos políticos, sem que se melhore a competência do Governo, cuja função é atender à comunidade e resolver os seus problemas.

Esse era o registro, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Gaudenzi — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GAUDENZI (PDT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos realizando no momento uma reunião de Líderes da Casa, com a intenção de chegarmos a um acordo com relação a essa medida provisória. Mas seria imperioso, para isso, que não se encerrasse a discussão da matéria na reunião de hoje. Com base nos arts. 28 e 29, § 2º, do Regimento Comum, peço a V. Exª o encerramento dos trabalhos *ex-officio*, tendo em vista a óbvia falta de *quorum* para a continuidade da sessão, para que, na reunião do Colégio de Lideranças, possamos chegar a um acordo quanto à medida provisória e votar, possivelmente amanhã, a matéria já acordada pelas Lideranças da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Sérgio Gaudenzi, a Mesa não pode deixar de se curvar ao império da lei interna da Casa, que, no art. 28, estabelece o número mínimo de Parlamentares para o início da sessão — e é evidente que esse número, neste exato momento, não está sendo alcançado no plenário do Congresso Nacional. A Mesa deseja apenas ressaltar a sua responsabilidade, já que essa é a quarta vez que a matéria está incluída na Ordem do Dia e não se realiza a sessão para sua discussão e consequente votação, e — o que é mais grave — o prazo de vigência se exaure amanhã.

Entretanto, não posso deixar de cumprir a letra do Regimento. Dobro-me diante da evidência e convoco sessão para amanhã, às 19 horas, a fim de que possamos votar essa importante proposição. Esperamos que isso ocorra sem nenhum embargo que procrastine a sua apreciação, sob pena de o Congresso ficar malposicionado diante da sociedade, negando-se a deliberar sobre matéria da sua competência constitucional.

O Sr. Luiz Soyer — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, gostaria de deixar claro que o Centro-Oeste brasileiro está sumamente prejudicado com essa medida provisória.

A região anteriormente dispunha da Sudeco, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para cuidar dos assuntos pertinentes. Extinto esse órgão, foi instituída apenas uma coordenadoria — na ex-Secretaria do Desenvolvimento Regional — que também foi suprimida pelo ex-Ministro Calmon de Sá.

Então, estamos propondo — o Deputado Antônio Faleiros e eu, os Parlamentares da região de modo geral — uma emenda de Relator para a criação da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Centro-Oeste, por questão de justiça. O Nordeste merecidamente, por contar com líderes da envergadura de V. Exª, dispõe do Banco do Nordeste e da Sudene, órgãos importantíssimos para o desenvolvimento da região. O Norte dispõe da Sudam e do Banco da Amazônia. Enquanto isso, o Centro-Oeste está órfão de um braço indutor do seu desenvolvimento.

Confiamos em que esta Casa, com esta medida, haverá de corrigir tal injustiça para com o Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica o registro do nobre Deputado Luiz Soyer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai encerrar a presente sessão, antes convocando outra para amanhã, às 19 horas, destinada ao prosseguimento da discussão e à votação da apreciação da Medida Provisória nº 309.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 3 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 620, de 1991-CN, destinada a examinar atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

1ª Reunião (Instalação),

Realizada em 21 de outubro de 1992.

Ao vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas e trinta minutos,

na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ruy Bacelar, Carlos Patrocínio, Chagas Rodrigues, Nelson Wedekin, Onofre Quinan, José Paulo Bisol, Deputados Wagner do Nascimento, Wilson Campos, Paulo Ramos, Maria Laura e Avelino Costa, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “examinar atos e fatos geradores do endividamento externo”. De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente o Senhor Senador Chagas Rodrigues, declarando abertos os trabalhos. Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, a Presidência convida os Senhores Senador José Paulo Bisol e Deputado Wilson Campos para funcionarem como escrutinadoras. procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente, Senador Carlos Patrocínio, com 12 votos; para Vice-Presidente, Senador Ruy Bacelar com, 12 votos. São declarados eleitos Presidente e Vice Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Carlos Patrocínio e Ruy Bacelar. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Carlos Patrocínio agradece a honra com que foi distinguido e convida o Senhor Deputado Paulo Ramos para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*

Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar
– Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovís V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110 (abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*
Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*
Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Jurueña Villela Souto*
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*
PESQUISA - Direito Comparado
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP. 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS